

**PORTARIA N.º 4880, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.**

O Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício da competência conferida pelo artigo 45, I, da Lei Complementar n.º 261, de 28 de dezembro de 2023, e

CONSIDERANDO o teor da decisão (2556544), constantes dos autos do processo administrativo **TJAM n. 2025/000062672-00**,

RESOLVE:

AUTORIZAR o pagamento de **Gratificação por Atividade de Magistério** no valor total de **R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)**, à docente interna **Rosalina Costa da Silva de Araújo**, por haver ministrado o Curso: **PROJUDI (Assessoria Gabinetes Cíveis de Segundo Grau)**, conforme atesto (2581847), realizado no dia **19 de novembro de 2025**, nos termos da Portaria n.º 631/2020 - PTJ e Portaria n.º 4318/2022.

Registre-se. Comunique-se. Publique-se.

Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, Manaus, data registrada no sistema.

(assinatura eletrônica)

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**
Presidente

DESPACHOS DE HOMOLOGAÇÕES**DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO os autos do processo licitatório referente à **Concorrência Eletrônica nº 006/2025**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia e construção civil, com objetivo de executar obra do novo Fórum de Justiça da Comarca de São Gabriel da Cachoeira - AM, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, decorrente do processo administrativo nº 2025/000056632-00.

CONSIDERANDO o resultado da referida concorrência eletrônica, conforme segue: **CONSTRUTORA CARRAMANHO LTDA, CNPJ 02.556.167/0001-69**, no menor preço global no valor de **R\$ 6.999.896,85 (seis milhões novecentos e noventa e nove mil oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos)**, conforme Ata de Realização da Concorrência Eletrônica nº 2584454 do SEI.

CONSIDERANDO que no referido processo foram respeitadas todas as medidas legais nos termos de que preceitua a Lei Federal n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006, o Decreto Estadual n.º 47.133/2023, o Decreto Federal n.º 3.555/2000, a Resolução n.º 64/2023 TJAM e demais legislações pertinentes,

RESOLVE:

- I – ADJUDICAR** o objeto do procedimento licitatório;
- II – HOMOLOGAR** o procedimento licitatório referenciado, com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021;
- III – DETERMINAR** que a empresa vencedora seja convocada para assinatura do Contrato;
- IV – PUBLIQUE-SE** o presente despacho na forma da Lei.

Manaus, data registrada no sistema.

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**
Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas

EXTRATOS**EXTRATO N.º 202/2025 - SECOP/DVCC/SGC**

- 1. ESPÉCIE:** Décimo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 053/2022 - FUNJEAM.
- 2. PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 2025/000028389-00.
- 3. DATA DA ASSINATURA:** 24/11/2025.
- 4. PARTÍCIPES:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e a empresa JF Engenharia e Serviços Especializados Ltda.
- 5. OBJETO:** O presente termo aditivo tem por objeto a repactuação do Contrato Administrativo nº 053/2022 - FUNJEAM, em razão da Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 levada a efeito em 1º de Julho de 2025, tendo em vista o aumento no piso salarial dos postos de trabalho abrangidos pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas (SEAC-AM) e o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas Secas e Molhadas do Amazonas (SINDICARGAS/AM); bem como do Decreto Municipal nº 6.116 que reajusta os valores das tarifas dos serviços de Transporte público coletivo urbano de passageiros no município de Manaus, publicado em 19/04/2025, no Diário Oficial do Município (DOM); e o reajuste anual com base no IPCA (IBGE), cuja variação está compreendida no período de Junho/2024 a Maio/2025, sendo o índice acumulado aplicado no percentual de 5,3196%, a ser aplicado em insumos de mão-de-obra e insumos diversos relativos à execução dos serviços.